declarado extinto o procedimento criminal - artigo 2.º, n.º 2, do Código Penal.

26 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Gabriela P. S. Fonseca Freitas*. — O Escrivão-Adjunto, *Miguel Paredes*.

Anúncio n.º 5757/2007

A juíza de direito Ana Gabriela P. S. Fonseca Freitas, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras, faz saber que neste Tribunal correm uns autos de processo comum (tribunal singular) n.º 95/99.8TBFLG, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4, e 30.º, n.º 1, alínea *d*), ambos do C. P. Penal, do processo comum (tribunal singular) n.º 238/1995 do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras, onde foi declarado contumaz desde 15 de Abril de 1996 o arguido José Carlos da Fonseca Ribeiro, filho de José Fernando Ribeiro e de Maria Fonseca Oliveira, natural de Felgueiras, Margaride (Santa Eulália) [Felgueiras], nacional de Portugal, nascido em 10 de Janeiro de 1945, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, número de identificação fiscal 129285633 e bilhete de identidade n.º 7175297, e com domicílio na Rua das Palmeiras, 1.ª transversal, direita, 5, 6200-680 Teixoso, por despacho de 6 de Janeiro de 2000, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido declarado extinto o procedimento criminal.

26 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Gabriela P. S. Fonseca Freitas*. — O Escrivão-Adjunto, *Miguel Paredes*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Anúncio n.º 5758/2007

A juíza de direito Dr.ª Joana Pereira Dias, substituta do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Funchal, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 4913/97.7TAFUN, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Eduardo Mendonça Escórcio, filho de Manuel Escórcio e de Maria Genoveva de Mendonça, natural de Portugal, Machico, nacional de Portugal, nascido em 23 de Maio de 1956, casado (regime desconhecido), com profissão desconhecida ou sem profissão, número de identificação fiscal 157638162, bilhete de identidade n.º 1126728, com domicílio em 36 - Middlelane - Epsom, Inglaterra, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla simples, artigos 202.º, alínea *a*), 217.º, n.º 1, e 218.º, n.º 1, todos do Código Penal, praticado em 1 de Janeiro de 1997, por despacho de 26 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

16 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Joana Pereira Dias*. — O Escrivão Auxiliar, *António Ferreira*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Anúncio n.º 5759/2007

A juíza de direito Dr.ª Joana Pereira Dias, do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Funchal, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 147/04.4PCFUN, pendente neste Tribunal contra o arguido Momo Djau, filho de Mmadu Demba Djau e de Nhalim Biaf, natural da Guiné-Bissau, nacional da Guiné-Bissau, nascido em 23 de Agosto de 1973, solteiro, portador do passaporte n.º 03881, com domicílio na Avenida do 1.º de Maio, 72, 3.º, D, 2845-163 Amora, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 20 de Agosto de 2004, e de um crime de furto de uso de veículo, previsto e punido pelo artigo 208.º do Código Penal, praticado em 20 de Agosto de 2004, por despacho de 31 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

1 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Joana Pereira Dias*. — A Escrivã Auxiliar, *Cristina Lopes*.

Anúncio n.º 5760/2007

A juíza de direito Dr.ª Joana Pereira Dias, do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Funchal, faz saber que, no processo

comum (tribunal singular) n.º 118/06.6IDFUN, pendente neste Tribunal contra o arguido António Duarte Vieira Gonçalves, filho de António Augusto Gonçalves e de Rosária de Jesus Vieira Gonçalves, natural do Funchal, Santa Luzia (Funchal), nacional de Portugal, nascido em 6 de Março de 1972, divorciado, número de identificação fiscal 188894403, portador do bilhete de identidade n.º 9938058 e do passaporte G004684, com domicílio na Rua do Til, Bairro do Grémio, casa 15, 9000 Funchal, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, previsto e punido pelo artigo 105.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, praticado em 2002, por despacho de 31 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido detido.

1 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Joana Pereira Dias*. — A Escrivã-Adjunta, *Rosa Vigário*.

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 5761/2007

Prestação de contas de administrador (CIRE) Processo n.º 4294/05.7TBGMR-C

Administrador de insolvência — Joaquim Alberto de Freitas Pereira.

Insolvente — BTS — Representações, Importação e Exportação, L.ª, e outro(s).

O Dr. Sérgio Afonso Carvalho Pimentel, juiz de turno, faz saber que são os credores e a insolvente BTS — Representações, Importação e Exportação, L.ª, com endereço no lugar da Boca, Apartado 248, Caldas de Vizela, 4815-903 Caldas de Vizela, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

1 de Agosto de 2007. — O Juiz de Turno, *Sérgio Afonso Carvalho Pimentel*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Augusto Teixeira Oliveira*.
2611041577

5.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio n.º 5762/2007

A juíza de direito Dr.ª Ana Marisa Nunes, da 1.ª Secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 650/92.7SULSB, pendente neste Tribunal contra a arguida Sofia dos Prazeres Cordeiro Chaves Silva, filha de Silvino do Nascimento Cordeiro e de Mercês de Jesus Cordeiro, natural de Macedo de Cavaleiros, Burga, Macedo de Cavaleiros, nascida em 21 de Março de 1955, número de identificação fiscal 125876548, bilhete de identidade n.º 8570426, com domicílio na Rua de João Crisóstomo, lote 120-C, Flor da Mata 2, 2865-143 Fernão Ferro, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 7 de Maio de 1992, por despacho de 26 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

27 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Marisa Nunes*. — A Escrivã Auxiliar, *Paula Maria Soares*.

Anúncio n.º 5763/2007

A juíza de direito Dr.ª Maria da Conceição Gomes Coelho, da 3.ª Secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 20/00.5ZFLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Teófilo Alvarito Pena Guerrero, filho de Fausto Teófilo Penã e de Rosa Guerrero, natural do Equador, nacional do Equador, nascido em 21 de Dezembro de 1967, casado, mecânico de profissão, portador do passaporte 02614821-C, com domicílio na Quinta Chica, Calle Cubilche y Cuicocha, Provincia Azuay, Equador, Equador, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em 12 de

Fevereiro de 2000, por despacho de 13 de Fevereiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido extinto o procedimento criminal.

1 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Gomes Coelho*. — A Escrivã-Adjunta, *Alexandra Maio Pereira*.

Anúncio n.º 5764/2007

A juíza de direito Dr.ª Maria da Conceição Gomes Coelho, da 3.ª Secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 1419/99.3TAFAR, pendente neste Tribunal contra o arguido Zefeirino Cerqueira Pinto Bessa, filho de Joaquim Pinto Bessa e de Maria de Lurdes Cerqueira, natural de Galegos (Penafiel), nacional de Portugal, nascido em 12 de Outubro de 1974, casado, pedreiro de profissão, portador do bilhete de identidade n.º 11367422, licença de condução Ptm 300723, com domicílio no Lugar do Cimo de Vila, Duas Igrejas, 4560 Penafiel, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 13 de Junho de 1999, por despacho de 19 de Abril de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido extinto o procedimento criminal por descriminalização.

1 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Gomes Coelho*. — A Escrivã-Adjunta, *Alexandra Maio Pereira*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOULÉ

Anúncio n.º 5765/2007

A juíza de direito Dr.ª Susete Carvalho, do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Loulé, faz saber que no processo abreviado n.º 214/03.1GELLE, pendente neste Tribunal contra o arguido Vasile Bircã, filho de Mihail Bircã e de Teodora Bircã, natural da Moldávia, nacional da Moldávia, nascido em 12 de Março de 1964, casado, portador do passaporte A2443239, com domicílio na Paralela à Avenida de Calouste Gulbenkian, 3, 4.º, 8000-072 Faro, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 348.º, alínea b), do Código Penal, praticado em 5 de Abril de 2003, e de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, alínea b), do Código Penal, praticado em 7 de Abril de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 22 de Março de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal;
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração;
- Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas;
- O arresto da totalidade ou de parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

31 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Susete Carvalho*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Acácio*.

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 5766/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 3485/07.0TBSTS

Insolvente — NORTELIXA — Indústria e Comércio de Máquinas e Acessórios para Madeira, L.ª

No 3.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, no dia 25 de Julho de 2007, pelas 15 horas e 45 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência

do devedor NORTELIXA — Indústria e Comércio de Máquinas e Acessórios para Madeira, L.ª, número de identificação fiscal 506769585, com sede na Rua das Novas Empresas, 200, Zona Industrial de Lantemil, 4786-640 Trofa.

Para administrador da insolvência é nomeado Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, com endereço na Rua de Camões, 218, 2.º, sala 6, 4000-138 Porto.

É administrador do devedor João Paulo Escalda Oliveira Torres, casado, número de identificação fiscal 165117796, bilhete de identidade n.º 8232106 e endereço na Rua de 27 de Fevereiro, 365, 2.º, centro, A Ver-o-Mar, 4490-000 Póvoa de Varzim.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

7 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Sandra Mendes Ramalho*. — O Oficial de Justiça, *Maria Augusta Pinto*.

2611041643

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 5767/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 3775/07.2TBSTS

Insolvente — Fábrica de Meias Merouços, L.ª
Presidente da com. de credores — Banco Comercial Português, S. A., e outro(s).

No 4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, no dia 7 de Agosto de 2007, pelas 16 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Fábrica de Meias Merouços, L.ª, número de identificação fiscal 503106933, com sede na Rua de Ferreira Lemos, 315, M, lugar de Orgal, 4780-000 Santo Tirso.

São administradores do devedor José Alberto Carneiro de Sousa, Rua de Elias Garcia, 57, 1.º, esquerdo, frente, bl., 4790-628 Póvoa de Varzim, e Maria Rosa Moreira dos Santos, Rua de Elias Garcia, 57, 1.º, esquerdo, frente, bl., 4790-628 Póvoa de Varzim, a quem são fixados domicílios nas moradas indicadas.

Para administrador da insolvência é nomeado Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, com domicílio na Rua de Camões, 218, 2.º, sala 6, 4000-138 Porto.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo devedor nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registado ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante da sentença (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.